



Assembléia Legislativa

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

RÚBRICA	FLS Nº
ANEXOS	NÚMERO

DIRETORIA LEGISLATIVA
JUNTA DA

Publicação de matéria
de 02 (duas) laudas.

Em 26 / 03 / 13

Funcionário

José Hagamenon Alves Barbosa Júnior
Chefe do Setor de Publicação

DIVISÃO DE APOIO LEGISLATIVO

Encaminha-se a Comissão
de Const. e Justiça

Em 26 / 03 / 13

Conceição de Maria Pádua Sampaio
Chefe da Div. de Apoio Legislativo

Encaminha-se a Autógrafo

Em 16 / 07 / 2013

Conceição de Maria Leite Galvão
Chefe do Setor de Autógrafos

AL. DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais

Encaminha-se a Sec. Geral do Jero

P/P Conceição de Maria Pádua Sampaio
Diretor Legislativo

PROVIDENCIADO

Em 16 / 07 / 13

Conceição de Maria Leite Galvão
Chefe do Setor de Autógrafos



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 26 / 03 / 13

Elisângela
Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Manoel Pimenta

para relatar.

Em 01 / 04 / 13

Luiz Carlos
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ.
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

1

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 28/2013

PROCESSO AL – 1983/2013

AUTOR(A): DEP. FERNANDO MONTEIRO

RELATOR (A): Dep. MAURO TAPETY

APROVADO A UNANIMIDADE	
31	00 / 33
Presidente da Comissão de	
Justiça	

I - RELATÓRIO

Nos termos do art. 47, Inciso VI, do Regimento Interno, encaminhamos e esta relatoria a proposição para emitir o parecer conforme dispõe os arts. 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal. A referida proposição **Isenta os profissionais músicos do Estado do Piauí que possuem a carteira funcional expedida pela Ordem dos Músicos do Brasil, Secção/PI, da cobrança de entrada em shows, espetáculos e similares, em todo o Estado.**

A proposição faz parte do Processo Legislativo art. 73, III, 75, da Constituição Estadual combinado com os arts. 96, inciso I, alínea "b" e 105, do Regimento Interno.

O profissional músico deverá ter acesso em recintos onde se apresente shows musicais e similares, sem a necessidade de pagamento de ingresso ou outro meio de cobrança, porquanto, para o profissional da música a sua presença nestes eventos, tem como propósito específico o seu aperfeiçoamento, bem como dar-lhe oportunidade de conhecer novas técnicas, novos estilos etc, que a alusiva gratuidade, certamente não teria, pois acabaria por esbarrar na sua parca remuneração, tendo em vista que em nossa terra a esses profissionais é dada pouca valorização.

II – VOTO DO RELATOR

Visto e analisado o relatório por a proposição se encontrar nos dispositivos regimental constitucional e de boa técnica legislativa onde vira beneficiar os músicos que estiverem com a carteira funcional, somos de parecer favorável à aprovação.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 04 de junho de 2013.

Dep. **MAURO TAPETY**
Relator